



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O PAPEL DA APAE FRENTE À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CARINHANHA-
BA**

FÁTIMA MARIA DE CASTRO

ORIENTADOR (A): ERIVALDO FERNANDES NETO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

FÁTIMA MARIA DE CASTRO

**O PAPEL DA APAE FRENTE À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CARINHANHA-
BA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Erivaldo Fernandes Neto

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

FÁTIMA MARIA DE CASTRO

O PAPEL DA APAE FRENTE À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CARINHANHA-BA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ERIVALDO FERNANDES NETO (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

FÁTIMA MARIA DE CASTRO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

As ilustres professoras Crésia Santos Belém, Anne Menezes e Maria de Lourdes Nogueira que tanto me apoiaram e incentivaram no decorrer do curso, e em especial ao meu orientador, o professor Eivaldo Fernandes Neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir fazer uso do dom da sabedoria e pela mão estendida nos momentos em que sou tomada pelo desânimo.

A minha família maravilhosa.

Aos meus amigos do coração, principalmente a minha amiga Gercília, pelos momentos de descontração e por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis, aos alunos e funcionários da Apae por me outorgar palavras de incentivo, amor e carinho.

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o serviço de educação especial ofertado pela organização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), inserido no processo de educação inclusiva como auxiliar da rede pública de ensino, verificando as dificuldades e barreiras encontradas na transição da escola especial para a escola regular. A partir de parâmetros teóricos a pesquisa foi realizada em duas instituições: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carinhanha- Apae e uma instituição pública de ensino de Carinhanha, tendo por referencial a legislação atual fundada em princípios de cidadania, e com a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa foi determinada em três eixos principais, que são: 1. Socialização; 2. Acessibilidade; 3 Aprendizagem. Tendo por público alvo o estudante com deficiência intelectual.

Palavras chaves: Inclusão, família, Apae, rede pública de ensino.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Dados de análise dos professores entrevistados.....	31
QUADRO 2. Houve alguma mudança na estrutura física da escola para receber pessoas com deficiência intelectual? Em caso positivo afirme quais, e em caso negativo aponte quais mudanças seriam necessárias.....	34
QUADRO 3. Em sua opinião a socialização entre a criança com deficiência intelectual e as demais crianças ocorre de maneira positiva ou existe preconceito e dificuldades de aceitação por parte das demais crianças? Caso haja de dificuldade na socialização, quais são as medidas adotadas em sala de aula para melhorar a convivência?.....	34
QUADRO 4. Houve alguma adaptação curricular ou metodologia indicada para uso dos professores que atuam nas salas com estudantes com deficiência intelectual? Em caso positivo, relatar quais, em caso negativo, indicar quais medidas poderiam ser usadas.....	35
QUADRO 5 - Na visão do professor os estudantes com deficiência intelectual estão progredindo de serie tendo um aprendizado satisfatório conforme o currículo ofertado e dentro dos padrões nacionais da educação básica.....	36
QUADRO 6 - A escola especial é desnecessária em seu município? Todos os estudantes com deficiência intelectual têm condições de estar na escola comum?.....	37
QUADRO 7 - Qual o papel da Apae e das famílias de estudantes com deficiência intelectual no processo de inclusão escolar destas pessoas?.....	37

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1. Aspectos conceituais e historiográficos.....	12
2.2. Um breve histórico da educação especial no ocidente.....	14
2.3. A história da educação especial no cenário brasileiro.....	16
2.4. Organizações das Famílias na oferta dos serviços especializados.....	17
2.5. As políticas de inclusão no Brasil e os desafios da escola pública.....	20
2.6. Práticas pedagógicas para pessoas com deficiência intelectual.....	20
2.7. Política de atenção integral integrada para pessoa com deficiência intelectual e múltipla.....	25
3. OBJETIVOS	27
3.1. Objetivo Geral.....	27
3.2. Objetivos específicos.....	27
4. METODOLOGIA	28
4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia.....	28
4.2. Contexto da Pesquisa.....	28
4.3. Participantes.....	28
4.4. Materiais.....	28
4.5. Instrumentos de Construção de Dados.....	29
4.6. Procedimentos de Construção de Dados	30
4.7. Procedimentos de Análise de Dados.....	30
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1. Respectivas respostas da professora da Apae e da professora da rede municipal de ensino de Carinhanha.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
Apêndice B – Questionário com questões objetivas.....	44
Anexo A- Carta de Apresentação – Escola.....	45
Anexo B –Carta de Aceite Institucional– Escola.....	46
Anexo C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor.....	47

1. APRESENTAÇÃO

A vinda de um filho diferente do padrão considerado “normal” altera radicalmente a dinâmica de uma família. A comprovação de que o filho tem algum tipo de deficiência exige algumas transformações e adaptações por parte da família que o recebe. Os pais nunca esperam um filho com deficiência, assim esse choque pode levar a distorções de comportamento em relação ao filho que variam entre os extremos da proteção excessiva e da rejeição total¹.

Criar e educar um filho com deficiência pode parecer a princípio, um grande desafio principalmente em razão da ideia que essa criança poderá ser dependente de seus pais, em vários aspectos durante toda a vida. Isso porque geralmente, não se oferece à família o apoio e as informações necessárias e adequadas acerca das condições e possibilidades de desenvolvimento de uma criança com deficiência, focando-se apenas nas limitações ou dificuldades que esta poderá ter. O que caracteriza uma visão estritamente médica em relação à pessoa com deficiência, entendendo a deficiência como uma deformidade a ser corrigida e não como uma característica peculiar que deve ser trabalhada em função da funcionalidade do sujeito.

Foi com a intenção de romper com estes paradigmas, que em 1954 famílias empenhadas em buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência alcançassem condições de desenvolvimento saudável e fossem incluídos na sociedade, com garantias de direitos como qualquer outro cidadão, criaram a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Essa mobilização contou com apoio de vários profissionais que acreditavam na luta dessas famílias para incluir seus filhos na sociedade e na educação².

Foi então que no Brasil as organizações formadas por famílias e profissionais passaram a prestar serviços principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social para as pessoas com deficiência, construindo uma rede de promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Em Carinhanha a Apae foi fundada em 1993.

¹Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000100007&script=sci_arttext&tlng=pt consultado em: 11/09/015

² Movimento apaeano: a maior rede de atenção à pessoa com deficiência disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/#/artigo/2> acesso: 11/09/2015

As famílias organizadas por meio de associações, como as Apaes e as Pestalozzi, assumiram durante muito tempo e de maneira pioneira a educação da pessoa com deficiência em classes ou escolas especiais, que consistem em espaços específicos para escolarização dessas pessoas. Porém em 2008 entrou em vigor a portaria nº 948/2007 que instituiu a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*³ que mudou o conceito de atendimento educacional especializado, que deixa de ser uma modalidade de ensino substitutiva e passa a ser um apoio complementar a escolarização em classes comuns do ensino regular, realizada no contra turno escolar. A partir disso houve um natural conflito conceitual, entre a conhecida educação especial e a novidade da educação inclusiva.

A *Constituição Federal Brasileira* de 1988⁴ reconheceu à educação como direito fundamental, necessária ao desenvolvimento humano saudável e autônomo, sendo dever da família e do Estado. A responsabilização das famílias com a educação da criança e as políticas de governo abre espaço para se investigar qual é de fato esse dever da família no processo de formação. Qual papel da família na formação do seu filho? Quando delimitamos essa questão às famílias que têm crianças com deficiência, a análise se torna ainda mais complexa. Pois nesses casos a família tem uma importância *sine qua non* no desenvolvimento da pessoa, sendo responsável pelos primeiros estímulos à autonomia, independência e participação na comunidade. Mas quando a família divide então a responsabilidade da educação formal da criança com o estado, quais são as obrigações da família e as do estado nesse processo? Assim o objetivo central do trabalho é discutir qual é o papel das famílias organizadas no processo de inclusão escolar das crianças e adolescentes com deficiência, isto é, na educação básica?

Nossa ideia é buscar inferir alternativas de conciliação entre a educação especial historicamente organizada pelas famílias e a educação formal na perspectiva da educação inclusiva como determina a Política do Estado.

A priori podemos considerar que a família poderá contribuir para inclusão de seus filhos, tornando-se mais participante na escola, buscando favorecer o desenvolvimento da criança ou adolescente com necessidades educacionais especiais em todo o seu processo de

³ A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência .(BRASIL, 2008)

⁴ A constituição brasileira de 1988 destaca que: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1988)

aprendizagem, como nos orientam as literaturas mais recentes. Porém, um estudo sobre a inclusão escolar no município de Carinhanha é de grande relevância, sobretudo para constatar se os estudantes com deficiência estão concluindo as etapas de ensino tendo os apoios educacionais necessários para o seu desenvolvimento satisfatório. Tal constatação envolve as famílias na relação com o sistema de ensino do município, levando-os a refletir sobre a responsabilidade deles no monitoramento das políticas de inclusão escolar, inclusive pensando o papel das instituições de educação especial no auxílio ao ensino comum.

Sendo assim, esse projeto pretende debater sobre o papel da família no processo da inclusão dos estudantes da Apae: Na rede pública de ensino de Carinhanha de modo a mostrar caminhos para essa parceria focando no bem estar das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Diante do exposto, as questões indutoras são: 1. Qual o papel da família no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual no sistema regular de ensino no município de Carinhanha? 2. Em um desdobramento, de que forma a família dos alunos com deficiência tem participado e contribuído para o processo de inclusão de seus filhos nas escolas do município de Carinhanha, de forma a favorecer sua aprendizagem e desenvolvimento? 3. Como a Apae e outras instituições da sociedade civil organizada podem contribuir para o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual?

Antes de tudo, pensamos essas questões como problemas educacionais, sociais e culturais e ainda com desdobramento político, quando se pensa na participação da pessoa com deficiência intelectual e seus familiares no processo democrático político.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Secretaria de Educação Especial do Brasil “as deficiências não são fenômenos dos nossos dias. Sempre existiram e existirão”. (BRASIL, 1997, p.13)

2.1. Aspectos conceituais e historiográficos

Na história das civilizações ocidentais as pessoas com deficiência foram vítimas de diversas formas de violência e segregação, que ficaram registradas através da carga semântica dos conceitos direcionados a elas. O conceito moderno que chegou até as gerações das últimas décadas do século XX no Brasil, revela o entendimento da deficiência como doença, uma herança do século XVIII.

Atualmente a definição de deficiência envolve uma preocupação com seu uso prático em áreas diversas como, assistência social, saúde e educação, porém, alguns autores de vinculação científica como a biomedicina defendem a hipótese de ser possível desenvolver uma classificação universal de deficiências. Essa tendência torna-se relevante se considerado que a sociedade moderna incorporou a ciência à técnica, o que fez com que o conhecimento científico passasse a representar um forte argumento nos discursos políticos, como propõe Foucault “de fazer morrer e deixar viver (soberania)”, o poder passa “a fazer viver e deixar morrer (biopoder/biopolítica)”. Como exemplo dessa constatação é possível citar a perspectiva da “medicalização” ocorrida na modernidade, que fez com que a condição de deficiência fosse considerada hegemonicamente, como uma limitação física, sensorial ou mental, sendo as incapacidades da pessoa o foco de pesquisas, considerando a pessoa como defeituosa, mal formada e inválida. Tal concepção é ofensiva e está ligada a uma compreensão de aparência. Essa mentalidade motivou durante todo século XX, políticas de cirurgias corretivas, medicações e até o confinamento de pessoas com deficiência, como no caso dos manicômios. Essas concepções, que surgiram como forma de políticas e legislações levam ainda hoje a exclusão social dessa parcela da sociedade, que atualmente luta contra uma série de estigmas negativos.

A abordagem em relação à deficiência no contexto brasileiro foi então pautada durante muito tempo pela consideração biológica, em que era analisado o comprometimento do indivíduo, sendo a deficiência uma característica, que necessita então de alguma intervenção profissional para aperfeiçoá-la ou corrigi-la. Isso fez com que surgissem na segunda metade do século XX, uma série de métodos para diagnósticos e classificações, como é possível citar o influente Modelo de Deficiência desenvolvido por Saad Z. Nagi.

Essa tendência passa a ser modificada a partir da década de 1980, em que a Organização Mundial de Saúde (OMS), publicou a classificação complementar à Classificação Internacional de Doenças (CID), a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que considera deficiência como sendo uma ou mais restrições que impeçam o indivíduo de exercer atividades normalmente executáveis, considerando sua idade, sexo, condições sociais e culturais, focando ainda na deficiência como característica do sujeito, mas também considerando o ambiente como fator crucial para situação de deficiência.

Em 2001 a Assembleia Mundial de Saúde aprovou o texto da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), cujo texto, se baseia na abordagem biopsicossocial que “... tenta chegar a uma síntese que ofereça uma visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social.” No Anexo 5 do documento é ressaltada uma preocupação com o estigma da deficiência como uma forma de menosprezo da pessoa, conforme é possível constatar na citação adiante.

No entanto, esta abordagem traz consigo o problema que poderia ser chamado de “saneamento de termos”. Os atributos negativos da condição de saúde de uma pessoa e a maneira como as outras pessoas reagem a essa condição são independentes dos termos utilizados para definir a condição. Seja qual for o termo atribuído à incapacidade, ela existe independentemente dos rótulos. O problema não é apenas uma questão de linguagem, mas também, e principalmente, uma questão das atitudes dos outros indivíduos e da sociedade em relação à incapacidade. (OMS, 2003, p. 198).

Nessa mesma tendência de pensamento no ano de 2006, foi publicada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, ratificada em 2008 pelo Brasil, que define em seu Artigo primeiro, que “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade

com as demais pessoas.” (ONU, 2006, p. 3) A deficiência passa a ser considerada a partir do contexto social e não mais somente biológico, sendo os impedimentos da pessoa causados principalmente pelas barreiras sociais e ambientais, sejam elas arquitetônicas ou atitudinais. Essa posição retira da pessoa o estigma da deficiência e coloca estrutura organizacional da sociedade, sendo a sociedade a causadora de deficiências. As atitudes corretivas deixam de ser procedimentos cirúrgicos e passam a ser políticas públicas de acessibilidade e garantia dos direitos humanos fundamentais, sendo a dignidade um direito a ser conquistado por meio de mobilizações sociais. Davis fez uma reflexão entre a relação de impedimento e deficiência, em que afirma que a deficiência advém da construção social. No entanto, a CIF não desconsidera totalmente a necessidade do modelo médico e, portanto, a necessidade de uma classificação de deficiências, mas orienta que essa seja construída levando em consideração as estruturas sociais e os impedimentos que são postos às pessoas com deficiência.

De forma geral citamos os principais documentos normativos e orientadores a cerca da definição do conceito de pessoa com deficiência, apontando o modelo médico de classificação de deficiências e o modelo social. Para análise dos dados relativos à pesquisa foi usado o modelo social, conforme orienta a citada Convenção.

2.2. Um breve histórico da educação especial no ocidente

Na Europa, por volta do ano de 1500, tiveram início os primeiros movimentos organizados para educação de pessoas com deficiência. Antes disso, eles ficavam nos asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver (CARMO, 1999, p.26)

No século XVIII algumas pessoas se interessaram em organizar ações que tirassem os cegos de seus isolamentos, buscando desenvolver neles algumas habilidades que pudessem ser aproveitadas em âmbito coletivo (LEMOS, 1981, apud BUENO,1993, p.56) Diversos autores como, Jönsson (1994) e Mendes (1995), afirmam que até o século XVIII, a exclusão de pessoas com deficiência era generalizada, ou seja, as pessoas eram excluídas da sociedade em qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, não havia nenhuma atenção educacional direcionada a estas pessoas.

Frente às atualizações conceituais a cerca da pessoa com deficiência que foram descritas no tópico anterior, surgiu o movimento de integração, com objetivo de acabar com exclusão social através de um plano de inserção destas pessoas na vida comunitária. As instituições foram se especializando para atender pessoas com necessidades educacionais especiais. Todavia a segregação continuou sendo praticada. Mas a ideia era prover serviços especializados as pessoas com deficiência já que a sociedade não aceitava receber tais pessoas nos serviços existentes na comunidade.

Nos Estados Unidos a década de 1960 ficou marcada por um aumento significativo de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, clínicas de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais (ARANHA, 2000).

Nesse contexto surge, em 1975, nos Estados Unidos a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1982) garantir os direitos conquistados, amparados legalmente pela lei PL. 94.142/75 (EUA, 1978) que regulamentou oficialmente a colocação de pessoas com deficiência em ambientes o menos restritivos possíveis, nos Estados Unidos. Essa tendência se revela também no ano de 1981, pois o lema do Ano Internacional das Pessoas com deficiência foi "Participação Plena e Igualdade", lançado pela ONU.

A história da Educação Especial no mundo passou por dois paradigmas, segundo Aranha (2000), a Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes, estando esse último fundamentado técnico-cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade e, sócio-politicamente, no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p.13)”.

2.3. A história da educação especial no cenário brasileiro

No Brasil, foram dois períodos que marcaram a evolução da educação especial marcado pela natureza e abrangência de ações voltadas desenvolverem educação aos portadores de deficiência. O primeiro período (1854 a 1956) marcado pela primeira escola especial para deficientes (MAZZOTA, 1996, p.27)

Foi o Instituto de Meninos Cegos, inaugurada por D. Pedro I posteriormente outros estabelecimento foram inaugurados, com objetivos pedagógicos ou médico pedagógico com oficinas onde se utilizava a leitura tátil, explorando linhas em alto relevo para alfabetizar essas pessoas. Depois, esse Instituto passou a ser chamado de Instituto Nacional de Cegos e posteriormente, como até hoje é conhecido, Instituto Benjamin Constant. Em 1857, foi criado o Instituto Imperial de Educação de Surdos, situado no Rio de Janeiro. No início do século XX, o Método Montessori, criado pela médica Maria Montessori, surgiu para trabalhar com deficientes mentais.

O Método Montessori, inspirado na rotina diária e na ação funcional, fundamenta-se na estimulação sensório-perceptiva e autoaprendizagem. Empregou rico e variado material didático como: blocos, cubos e barras em madeira, objetos variados coloridos, material de encaixe e seriação, letras grandes em lixa e outros. O Método Montessori foi mundialmente difundido e até hoje é utilizado, inclusive no Brasil, na Educação Pré-Escolar de crianças sem qualquer deficiência (MEC, 2002, p.10).

O segundo período (1957 a 1993) o atendimento educacional aos deficientes foi assumido a nível nacional pelo Governo Federal. Neste segundo período ficou evidenciada a ação governamental no fim dos anos cinquenta instituindo campanhas específicas para o atendimento aos então portadores de deficiência. Sendo apenas este o período que a educação especial surgiu na política educacional brasileira⁵.

Com análise dos textos legais e os planos educacionais significativos para a educação especial no período de 1957 a 1993, tentou-se identificar e compreender os princípios e propostas oficiais relativos a política de educação especial. Tal análise demonstrou tamanha incoerência entre os princípios definidos nos textos legais e as propostas consubstanciadas nos

⁵ Disponível: <http://www.faceq.edu.br/e-faceq/downloads/numero04/7-inclusao-de-criancas-com-deficiencia.pdf>

planos oficiais, evidenciando-se a ausência de uma política nacional de educação especial. A análise seqüencial dos textos legais, planos educacionais e os documentos oficiais revelam a permanência das mesmas posições filosóficas e políticas sobre formas diferenciadas pelos dirigentes. “A Educação Especial não deve ser entendida como simples instancia preparadora para o ensino comum; embora se deseje que o maior número de alunos possa dele beneficiar-se.” (MAZZOTA, 1992, p.60).

Em 1994, A Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade em Salamanca – Espanha teve como fruto uma Declaração que registrou todos os acordos entre 92 países e 25 organizações internacionais: a Declaração de Salamanca. Esse documento defende a inclusão, participação, o gozo e exercício dos direitos humanos como essenciais à dignidade do homem. Além disso, valoriza o direito de todas as crianças aprenderem juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. (CARVALHO, 2006, p. 56).

Em vista às discussões ocorridas nesses dois eventos, pode-se levar em consideração no processo inclusivo: o direito da família matricular a criança, quando chegar à idade certa, na escola da vizinhança e essa mesma escola comum, obrigatoriamente, fornecer-lhe o equipamento social que necessita para que ocorra, de fato, a inclusão proposta pela UNESCO, pelo Plano Decenal de Educação para Todos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, nº 9394/96. O sistema de educação nacional começou a mobilizar as redes de ensino capacitando profissionais da área, ofertando materiais e equipamentos necessários à manutenção de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Hoje, percebe-se que a busca pela qualificação profissional tem sido constante e, a luta por uma educação igualitária e equânime tem sido alvo das discussões das propostas políticas no Brasil. Eis aí o grande avanço da educação (CHAVES, 2003, p.27)

2.4. Organizações das Famílias na oferta dos serviços especializados

O histórico cultural da pessoa com deficiência no Brasil é marcado pelo estigma de incapacidade e forte preconceito. Foi com base nessa verificação que algumas famílias se

empenharam em superar esses entendimentos negativos e buscar soluções para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcançassem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Nesse contexto, surgiram as primeiras associações de familiares e amigos que lançaram um olhar propositivo sobre as pessoas com deficiência. Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social.

A Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais foi criada no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954 sob a influência de Beatrice Bemis. Recém-chegada dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim⁶.

Motivados por ela, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae do Brasil. A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira.

A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira.

As Apaes se espalharam por outros estados brasileiros, quando ao final de 1962, doze das dezesseis existentes, nessa época, encontraram-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes Apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr.

⁶ Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/umbrevepanorama.htm> consultado em: 15/09/015

Stanislau Krynsky. Participaram as de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa com deficiência com um grupo de famílias que trazia para o Movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.

Para uma melhor articulação de suas ideais, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira ideia era a formação de um Conselho e a segunda a criação da Federação Nacional das Apaes. Prevaleceu esta última, que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no Consultório do Dr. Stanislau Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi Dr. Antônio Clemente Filho.

Com a aquisição da sede própria, a Federação foi transferida para Brasília e o movimento logo se cresceu mais alcançando outras capitais e depois o interior dos Estados. Até se tornar um dos maiores movimentos sociais do mundo, na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades de um país como nosso terrivelmente carente de recursos no campo da Educação; e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso se deu graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que, seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas Apaes. Estas, por meio de congressos, encontros, cursos, palestras etc, sensibilizam a sociedade em geral, bem como viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

Hoje aos 60 anos, existem 2.144 Apaes filiadas e 23 Federações Estaduais das Apaes que estão presentes em todas as regiões do país. As unidades prestam serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitam, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com deficiência.

O movimento é um forte membro da “Inclusion International”, uma federação global de organizações que defendem os direitos humanos de pessoas com deficiência intelectual, sendo uma das maiores organizações não governamentais do mundo e possuindo ligação com a ONU. Tem sido um veículo para as vozes de pessoas com deficiência e seus familiares no mundo todo por mais de 40 anos.

Atualmente a população com deficiência no Brasil soma 45.606.048 de brasileiros, o que corresponde a 23,9% da população total, sendo, 18,60% Visual, 5,10% Auditiva, 7% Motora e 1,40% Mental ou Intelectual. Consideramos ainda um alto percentual e verificamos também que grande parte dessa população ainda não tem acesso a serviços especializados que lhes garantam uma qualidade de vida adequada. Com isso continuamos empenhados na promoção da justiça social e da ampliação de serviços que garantam uma melhor qualidade de vida para pessoa⁷.

2.5. As políticas de inclusão no Brasil e os desafios da escola pública

Foi durante a década de 1980, 1990 e no início do século XXI, que a educação passou a ser defendida com afinco como política pública em diversos âmbitos, delegando aos sistemas de ensino a responsabilidade necessária de desenvolver novas metodologias educacionais capazes de ir além da simples “colocação ou integração” do sujeito na escola. Foi somente diante das radicais mudanças sociais frente à modernidade e com a instauração da escolaridade obrigatória que de fato o desenvolvimento humano começa a ser avaliado e novos comportamentos começaram a ser exigidos.

Muito se fala de inclusão, e em que consiste a inclusão como política pública nacional? A inclusão refere-se á admissão da pessoa com deficiência na vida social e educativa. Todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares, em todos os seus níveis, da Educação infantil ao ensino superior (MANTOAN, 1998, MRECH,1999)

E percebe-se que é urgente pensar e agir numa perspectiva inclusiva para que tenhamos uma educação de qualidade para todos os alunos, de acordo como o que prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 para que se construa com eficácia uma prática escolar que opere sobre a lógica inclusiva. Mas a estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula (BRASIL.1996,p.14)

⁷ Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/#/> consultado em: 22/09/2015

A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição.

Para descrever o percurso da educação inclusiva, observa-se o cenário educacional brasileiro sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da sua implementação. O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência (MONTTOAN,1988,p.32).

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais (LIBÂNEO, 2003, p.225).

Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ações novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

É de suma importância termos consciência que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias

lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar.

A verdadeira transformação da escola acontecerá quando realmente criarmos condições para que TODOS os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo. Para Mittler (2001), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”.

De acordo com o autor a inclusão não representa simplesmente transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela requer uma mudança na mente e nos valores, para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está à celebração da diversidade.

Quando pensamos em educação inclusiva e uma escola realmente para TODOS é interessante lembrarmos o que diz Paulo Freire ao redefinir o conceito de educar.

Para ele, o processo educacional deve partir da vida e da realidade local do educando. Isso possibilita desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, para combater as formas de opressão, injustiças e desigualdades, e construir formas de libertação, justiça e solidariedade.

Assim todas essas questões se remetem a operacionalização dessas estratégias, que envolvem o lugar do professor e também os currículos escolares.

Em 2008 entrou em vigor a portaria nº 948/2007 que instituiu a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, cujo principal objetivo é garantir o pleno acesso dos estudantes com deficiência nas escolas comuns.

2.6 – Práticas pedagógicas para pessoas com deficiência intelectual

Em relação às práticas pedagógicas adotadas em sala de aula, as limitações do aluno com deficiência intelectual, sejam elas de ordem conceitual, prática ou social, devem ser levadas em consideração. Mas não do ponto de vista da incapacidade e sim do da

funcionalidade. O professor deve buscar as potencialidades do sujeito, buscando práticas que melhor possam desenvolvê-las.

Em outros termos, as práticas pedagógicas sempre são influenciadas pelas dimensões individuais do docente e pelas influências que recebem do contexto sociopolítico e cultural em que a escola está inserida. As palavras de Sacristán (1999) são ilustrativas:

A prática educativa é algo mais do que a expressão do ofício dos professores. (...) Sua gênese em outras práticas que interagem com o sistema escolar e, além disso, é devedora de si mesma, de seu passado. São características que podem ajudar a entender as razões das transformações que são produzidas e aquelas que não chegam a acontecer (SACRISTÁN, p. 91, 1999).

Nesse processo o agente primordial é o professor, pois as suas experiências como professor e ex-aluno, as características da turma, bem como a organização da instituição escolar e as prescrições curriculares do sistema no qual se insere, acabam por definir suas opções didáticas (LUNARDI, 2004).

No Brasil, ao longo da década de noventa, cresceram as discussões sobre práticas curriculares, especialmente a partir da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) elaborados em consonância com o artigo 210 da Constituição Federal. Os PCNs, tal quais as políticas de inclusão escolar, sofreram influências dos organismos internacionais em sua elaboração (FERREIRA, 2005).

Diante do exposto, há varias estratégias que o professor poderá considerar em sala de aula para o desenvolvimento do trabalho com aluno deficiente intelectual. Como orientações de pensamento têm as seguintes doutrinas:

No caso das teorias da aprendizagem são três as filosofias subjacentes – a *comportamentalismo* (behaviorismo), a *humanista* e a *cognitivista* (construtivismo) – embora nem sempre se possa enquadrar claramente determinada teoria de aprendizagem em apenas uma corrente filosófica. (Grifos do autor).

Na lógica do comportamentalismo,

As aprendizagens desejadas [...] aquilo que os alunos deveriam aprender, eram expressas em termos de comportamentos observáveis. Os objetivos comportamentais definiam, da maneira mais clara possível, aquilo que os alunos

deveriam ser capazes de fazer, em quanto tempo e sob que condições, após a instrução. A avaliação consistia em verificar se as condutas definidas nos objetivos comportamentais eram, de fato, apresentadas ao final da instrução. Se isso acontecia, admitia-se implicitamente, que havia ocorrido aprendizagem. (op. cit. p. 14).

Enquanto que, na visão do construtivismo,

[...] é uma posição filosófica cognitivista interpretacionista. Cognitivista porque se ocupa da cognição, de como o indivíduo conhece, de como ele constrói sua estrutura cognitiva. Interpretacionista porque supõe que os eventos e objetos do universo são interpretados pelo sujeito cognoscente. O ser humano tem a capacidade criativa de interpretar e representar o mundo, não somente de responder a ele. (op. cit. p. 15).

O humanismo, por sua vez, é uma filosofia que,

[...] vê o ser que aprende, primordialmente, como pessoa. O importante é a auto-realização da pessoa, seu crescimento pessoal. O aprendiz é visto como um todo – sentimentos, pensamentos e ações – não só o intelecto. Neste enfoque, a aprendizagem não se limita a um aumento de conhecimentos. Ela é penetrante, visceral, e influi nas escolhas e nas atitudes do indivíduo. Pensamentos, sentimentos e ações estão integrados, para bem ou para mal. Não tem sentido falar do comportamento do da cognição sem considerar o domínio afetivo, os sentimentos do aprendiz. Ele é pessoa e as pessoas pensam, sentem e fazem coisas integradamente. (op. cit. p. 16).

Como orientação para as práticas educacionais de estudantes com deficiência intelectual, estaremos considerando essas orientações.

2.7. Política de atenção integral e integrada para pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Em nosso país a educação é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que deu origem à Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Esses documentos nacionais, junto a outros, com destaque para as Leis nº 10.048 e nº 10.098, de 2000; e o Decreto nº 5.296/2004, conhecido como o decreto da acessibilidade, coloca-nos em igualdade com o ideário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas.

Construir uma política de *atenção integral* desafia a Rede Apae desde 2008, implicando ações de organização, oferta e monitoramento contínuo de serviços de qualidade na áreas de saúde, educação e assistência social. A visão de uma *política integrada* reflete o compromisso social da Rede para com o seu público-alvo, agregando os serviços ofertados em suas unidades filiadas aos parceiros locais, de modo a aperfeiçoar os recursos da comunidade, na perspectiva da territorialidade.

O objetivo principal da política é contribuir para o atendimento efetivo da pessoa com deficiência e sua família, incluindo o encaminhamento para serviços disponíveis externos à Apae, quando necessário, e o acompanhamento sistemático dos resultados obtidos, de modo a promover a integralidade da assistência durante o ciclo de vida dos seus usuários. Em nosso país a educação é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que deu origem à Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Esses documentos nacionais, junto a outros, com destaque para as Leis nº 10.048 e nº 10.098, de 2000; e o Decreto nº 5.296/2004, conhecido como o decreto da acessibilidade, coloca-nos em igualdade com o ideário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas.

Construir uma política de *atenção integral* desafia a Rede Apae desde 2008, implicando ações de organização, oferta e monitoramento contínuo de serviços de qualidade na áreas de saúde, educação e assistência social. A visão de uma *política integrada* reflete o compromisso social da Rede para com o seu público-alvo, agregando os serviços ofertados em suas unidades filiadas aos parceiros locais, de modo a otimizar os recursos da comunidade, na perspectiva da territorialidade.

O objetivo principal da política é contribuir para o atendimento efetivo da pessoa com deficiência e sua família, incluindo o encaminhamento para serviços disponíveis externos à Apae, quando necessário, e o acompanhamento sistemático dos resultados.

De acordo como o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2004):

...é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (ECA, 2004, p.11).

O Estatuto, a sociedade, a família, a comunidade e o poder público têm o dever de acompanhar o desenvolvimento da criança para que os pais tenham uma visão melhor do filho em relação à escola, é necessário que ele esteja bem informado e escutar à professora com toda sua experiência em sala de aula, com alunos que têm a mesma idade de seus filhos pode ser útil para a família, pois ambas podem trabalhar juntas as dificuldades e o melhoramento do filho/aluno. E Tiba (2007, p.189, 190) afirma ao falar da escola, que deveria ser um trabalho em conjunto, no qual poderia ser ouvida a voz do coração e a voz da razão dos personagens da educação: a mãe, o pai e a escola.

A característica mais importante da atividade profissional do professor é o intermédio entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre provendo às condições e os meios que respaldem o encontro do aluno com as matérias estudadas. Esses objetivos educacionais estão ligados uns aos outros, pois *“o processo de ensino é ao mesmo tempo um processo de educação.”* (LIBÂNEO, 1991, p. 71)

Ainda de acordo com Libâneo (1991), a didática e as tarefas do professor buscam os seguintes objetivos primordiais: assegurar ao aluno domínio do conhecimento científico mais seguro e duradouro; criar meios para desenvolver habilidades e capacidades intelectuais, para dominarem os métodos de estudo e de trabalho intelectual para uma futura autonomia; e orientar as tarefas de ensino com o objetivo educativo da formação da personalidade.

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral

Apontar caminhos para conciliação entre o histórico serviço de educação especial ofertado por organizações familiares e o moderno processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual em classes comuns do ensino regular, a partir do levantamento da realidade de uma escola regular de ensino comum e da rede de apoio à inclusão escolar de estudantes com deficiência do município de Carinhanha.

3.2. Objetivos específicos

- Investigar como está organizado o sistema educacional da Rede Pública Municipal de Carinhanha e suas estratégias de trabalho com as famílias organizadas no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual;
- Mostrar um diagnóstico da inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual no ensino público de uma escola comum de Carinhanha, comparando com a oferta de educação especial da Apae, na visão dos professores dessas instituições;
- Entender qual a melhor função da escola especial tradicional em meio à Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de base qualitativa, seguindo a proposta de Martins⁸, por permitir a flexibilização das técnicas de análise de dados. Favorecendo as descrições dos participantes dentro de vários pontos de vista.

4. 1. Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino do município de Carinhanha, a primeira foi uma associação de pais e amigos que oferece atendimento educacional especializado nas modalidades substitutiva e complementar a 22 anos. Atualmente são 90 estudantes com deficiência matriculados nos turnos matutino e vespertino.

A segunda instituição de ensino pesquisada foi uma escola pública Municipal com ensino fundamental, que atende uma média de 590 alunos, entre os quais cinco têm deficiência. A escola foi fundada em 2003. Há acessibilidade só na entrada da escola e no espaço físico da instituição não oferece o atendimento educacional especializado AEE.

4.2. Participantes

Participaram da pesquisa duas professoras, uma identificada neste trabalho como Maria, que ministra aulas na instituição de pais e amigos e Ana que ministra aulas na rede pública de ensino. Os nomes reais das participantes foram substituídos por nomes fictícios para preservar o sigilo das professoras.

4.3. Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- 1 Gravador de áudio
- 6 questionários impressos;
- 1 relatório impresso sobre os dados coletados;
- Um computador com conexão com a internet, para transmissão de conteúdos e pesquisa de bibliografia.

4.4. Instrumentos de Construção de Dados

Para atender aos objetivos propostos, foram elaborados três roteiros de entrevistas para o levantamento de dados qualitativos:

Questionário para os professores

1- Houve alguma mudança na estrutura física da escola para receber pessoas com deficiência intelectual? Em caso positivo afirme quais e em caso negativo aponte quais mudanças seriam necessárias.

2- Em sua opinião a socialização entre a criança com deficiência intelectual e as demais crianças ocorre de maneira positiva ou existe preconceito e dificuldades de aceitação por parte das demais crianças? Caso haja dificuldade na socialização, quais são as medidas adotadas em sala de aula para melhorar a convivência?

3- Houve alguma adaptação curricular ou metodologia indicada para uso dos professores que atuam nas salas com estudantes com deficiência intelectual? Em caso positivo, relatar quais, em caso negativo, indicar quais medidas poderiam ser usadas.

4- Na visão do professor os estudantes com deficiência intelectual estão progredindo de série tendo um aprendizado satisfatório conforme os currículos ofertados e os padrões nacionais da educação básica?

5- A escola especial é desnecessária em seu município? Todos os estudantes com deficiência intelectual têm condições de estar na escola comum?

6- Qual o papel da Apae e das famílias de estudantes com deficiência intelectual no processo de inclusão escolar destas pessoas?

O questionário foi construído com base entre três indicadores principais, que foram: 1. Nível de socialização; 2. Nível de satisfação em relação a aprendizagem do estudante; 3. Acessibilidade, tanto do ponto de vista dos métodos pedagógicos quanto da infraestrutura escolar.

4.5. Procedimentos de Construção de Dados

O projeto para realização desta pesquisa foi apresentado aos gestores das duas escolas participantes, no momento em que foi solicitada a autorização para usar o instrumento de pesquisa no âmbito da escola. Após a devida autorização, a pesquisadora envolveu os voluntários que se disponibilizaram a participar e responder os questionamentos elaborados, as respostas foram gravadas em áudio e depois transcritas para análise.

Todos os participantes preencheram e assinaram o termo de consentimento, que discriminava os métodos e objetivos da pesquisa, as entrevistas foram feitas com base em um cronograma acertado com os participantes entre os meses de setembro e outubro de 2015. As informações obtidas estão organizadas no tópico 5 do trabalho.

4.6. Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados foi feita a partir da organização do registro das informações em tabelas divididas por participantes e perguntas, para que facilite a categorização dos dados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a organização dos dados qualitativos foram usados quadros demonstrativos, que separam as professores e as questões direcionadas, conforme segue abaixo:

QUADRO 1. Dados de análise dos professores entrevistados			
Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	Objetivos	Resultados	
		Professora A	Professora B
No âmbito da Educação inclusiva, muitos autores discutem sobre o papel da família no processo de inclusão. A família como unidade primária é de extrema importância na inclusão escolar, pois atua como mediador entre a escola e o meio social.	Objetivo Geral	Maria afirma que na Apae há trabalhos com as famílias e esses trabalhos refletem no desempenho do aluno.	Ana ressalta a importância dos pais na vida escolar do aluno incluso, entretanto nem todos os pais são presentes.
	Observar o processo de inclusão dos estudantes da Apae na transição para a rede pública de ensino em Carinhanha. Importância da família nesse processo.	Conforme relatos de Maria, a Apae esta sempre em busca de melhoria para atender os alunos, a mais nova foi o laboratório de informática com novas rampas e corrimão não só para atender aos alunos com deficiência e as demais pessoas que faz o uso das	Ana informou que houve algumas mudanças sim na estrutura da escola, porém essas mudanças não são suficiente para melhorar o aprendizado.
Toda criança tem direito a educação. Dentro do contexto da inclusão, as escolas precisam estar preparadas para atender essas crianças, e a família deve garantir que a inclusão seja efetivada.			

		instalações.	
--	--	--------------	--

FONTE: o autor (2015)

CONTINUAÇÃO - QUADRO 1

Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	Objetivos Específicos	Educadores do AEE	Educadores da Escola Classe
Ao falarmos sobre o tema da inclusão, ocasionalmente nos deparamos com um problema de socialização entre as crianças, nem sempre a interação ocorre de maneira positiva, para que isso aconteça é preciso sanar o preconceito e promover a aceitação	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as dificuldades de interação entre os alunos no processo de inclusão. 	Maria afirma que na Apae todos tem um ótimo relacionamento, Mas em relação aos alunos que estudam que estudam na escola regular eles relatam que alguns colegas chamam por apelido.	Segundo informou Ana há certo tipo de preconceito, no entanto tenho trabalhado muito esse problema através de diálogo.
		Para Maria rede pública deveria realizar palestras para orientar os alunos sobre o preconceito.	Ana salientou o quando é importante o diálogo para acabar com as diferenças.
A inclusão é a consequência de uma escola de qualidade, para que ultrapassemos esse pressuposto, precisamos que as escolas tenham profissionais talhados e metodologia adequada	<ul style="list-style-type: none"> Analisar se a metodologia de ensino e a capacitação dos 	Maria afirma ter feito curso de capacitação e em sala de aula ela sempre ajusta o currículo de acordo o nível de competência de cada um.	Ana relatou não ter feito curso de capacitação e com isso a mesma afirma não oferecer atendimento educacional especializado.
		Segundo Maria a	Segundo Ana a rede

para atender a demanda de alunos inclusivos.	professores	capacitação é imprescindível para atender o novo perfil de aluno e de escola na perspectiva da inclusão.	Pública deveria oferecer formação continuada para os professores saberem como lidar com o aluno portador de deficiência intelectual.
A escola especial tem um papel primordial no desenvolvimento de um aluno com deficiência, pois oferece atendimento educacional especializado aos alunos ,entretanto, o ensino regular promove ao aluno incluso o desenvolvimento das interações sociais que lhe fara construir bases para o relacionamento social.	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o papel da escola regular, e da escola especial na vida do aluno. 	Para Maria como professora da Apae a escola especial é de extrema importância para dar respaldo e auxílio ao aluno , e a escola regular ajudar no processo de socialização, permite que o aluno cresça cognitivamente.	Segundo Ana a escola especial é um suporte ao ensino regular.
		Maria relata que as escolas especiais e a família são alicerces importantíssimos no processo de inclusão.	Ana salienta que os professores deveriam ter uma formação continuada, para maior contribuição no trabalho com o aluno incluso e a família como fazem a Apae

FONTE: o autor (2015)

Após um estudo sistematizando dos dados iniciais obtidos com a pesquisa, observando o quadro abaixo podemos ponderar pontualmente as respostas das entrevistas com a professora da Apae e a professora da rede municipal, considerando que ambas atuam no âmbito educacional Carinhonha.

5.1. Respectivas respostas da professora da Apae e da professora da rede municipal de ensino de Carinhonha

QUADRO 2. Houve alguma mudança na estrutura física da escola para receber pessoas com deficiência intelectual? Em caso positivo afirme quais, e em caso negativo aponte quais mudanças seriam necessárias.	
Maria	Sim, a Apae está sempre em busca de melhoria para atender aos alunos, com o objetivo de promover acessibilidade em todas as suas instalações.
Ana	Houve algumas mudanças sim na estrutura da escola, porém essas mudanças não são suficientes para melhoria do aprendizado.

FONTE: o autor (2015)

De forma geral pelas informações obtidas tanto a escola comum quanto a escola da Apae são espaços físicos acessíveis as diferentes necessidades das pessoas com deficiência. Ainda na opinião da professora da escola comum a acessibilidade não interfere positivamente com o aprendizado.

QUADRO 3. Em sua opinião a socialização entre a criança com deficiência intelectual e as demais crianças ocorre de maneira positiva ou existe preconceito e dificuldades de aceitação por parte das demais crianças? Caso haja dificuldade na socialização, quais são as medidas adotadas em sala de aula para melhorar a convivência?	
Maria	Na Apae todos têm um ótimo relacionamento, quando acontece algum mal entendido não é nada que não possamos solucionar com uma boa conversa. Mas os alunos que estudam na escola regular e frequentam a Apae no contra turno relatam que alguns colegas os chamam por apelido. Em minha opinião as instituições de ensino público precisam realizar palestras sobre inclusão social para que possa ser atenuado o preconceito.
Ana	Há certo tipo de preconceito, no entanto tenho trabalhado muito esse problema através de diálogo.

FONTE: o autor (2015)

O processo de inclusão escolar no Brasil é um tema recente, estamos caminhando para um processo de conscientização e adaptação, tudo que é novo é um processo sofrido e lento, segundo uma pesquisa desenvolvida por Batista (2001), afirma que alunos com deficiência não eram bem aceitos pelos demais colegas, e, passavam a maior parte do tempo sozinhos, e apresentavam dificuldades tanto para iniciar como finalizar os trabalhos.

Tendo como base a pesquisa de Batista assim como a pesquisa realizada com as professoras de Carinhanha, observa-se que os alunos inclusos encontram resistência e preconceito por parte das outras crianças, apesar da boa vontade da professora em tentar mediar a situação, porém sem apoios objetivos para isso. Já a professora da Apae relata uma normalidade nas relações entre os estudantes, porém nota um posição diferente dos estudantes incluídos no AEE.

QUADRO 4. Houve alguma adaptação curricular ou metodologia indicada para uso dos professores que atuam nas salas com estudantes com deficiência intelectual? Em caso positivo, relatar quais, em caso negativo, indicar quais medidas que poderiam ser usadas.	
Maria	Em sala de aula sempre ajusto o currículo de acordo com o nível de competência de cada um, no meu caso que sou professora do pré-escolar crio condições no ambiente e adequo as matérias, principalmente na sua independência com AVD (atividades da vida diária).
Ana	Não houve essa adaptação feita na escola, mas procuro buscar através de sites. Em minha opinião poderia acontecer formação continuada para o professor saber como lidar com o aluno portador de deficiência intelectual.

FONTE: o autor (2015)

Para que ocorra a inclusão, as escolas precisam estar qualificadas, a escola precisa oferecer condições para trabalhar com aquele aluno com profissionais qualificados, as práticas pedagógicas da escola também precisam ser revistas assim como as atividades precisam adaptadas para atender a necessidade de cada aluno incluso. No quesito metodologia especializada, a professora da Apae a educação voltada para do desenvolvimento da

autonomia, relacionando as matérias comuns da educação básica com o contexto das atividades cotidianas, criando assim um aprendizado significativo com base na realidade concreta do indivíduo. Essa prática pode ser considerada como o que a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, defende como educação para vida, diferente de uma abstração teórica dos conteúdos como normalmente ocorre nas salas de aula do ensino regular.

Já a professora do ensino comum, admite não usar nenhuma metodologia específica, mas demonstra boa vontade em usar os recursos que têm disponíveis, como no caso a internet para buscar novos conhecimentos que a auxiliem em seu trabalho em sala de aula.

Nesse contexto, como integrar as práticas da escola especial com a escola comum?

QUADRO 5 - Na visão do professor os estudantes com deficiência intelectual estão progredindo de série tendo um aprendizado satisfatório conforme o currículo ofertado e dentro dos padrões nacionais da educação básica.	
Maria	Proporcionamos um apoio especializado para realização de algumas tarefas, com conteúdos diversificados, procurando os pontos de maiores dificuldade.
Ana	Os professores deveriam ter uma formação continuada, para maior contribuição no trabalho com o aluno incluso e a família como fazem as Apaes, o desempenho poderia ser melhor.

FONTE: o autor (2015)

No que se referem às dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência intelectual, as entrevistadas afirmam que têm falta de formação continuada para os professores atenderem as exigências da legislação e a falta de experiência. Da análise feita à realidade das práticas inclusivas na escola pública ficou evidente que muito terá que ser feito. Se quisermos superar os problemas existentes, a escola deve proporcionar formação aos professores nesta área, bem como seminários complementares durante o ano letivo.

QUADRO 6 - A escola especial é desnecessária em seu município? Todos os estudantes com deficiência intelectual têm condições de estar na escola comum?	
Maria	Não as escolas especiais precisam existir, como professora da Apae acredito que a criança com deficiência deva estudar na escola regular pois estamos no processo de inclusão, e acesso pleno aos direitos sociais independentemente do espaço físico onde esses direitos serão exercidos.
Ana	Através de um planejamento de estudo realizado de forma diferenciada em cada tipo de estudante, enfatizando as características pessoais do aluno e suas necessidades imediatas.

FONTE: o autor (2015)

A inclusão pressupõe práticas educacionais efetivas e não apenas a presença física do estudante em sala aula e requer uma série de condições básicas, que precisamos mobilizar, como: a presença de especialistas nesta matéria, modificações metodológicas, organizacionais e novas estratégias de ensino-aprendizagem, a implicação das famílias e um trabalho interdisciplinar por parte de todos os profissionais. Neste contexto a escola especial não pode ser descartada como mais uma possibilidade educacional, não importando o lugar onde a aprendizagem acontece. Ao mesmo tempo, as professora reconhecem a possibilidade da inclusão plena, mas não com os apoios disponíveis no momento.

QUADRO 7 - Qual o papel da Apae e das famílias de estudantes com deficiência intelectual no processo de inclusão escolar destas pessoas?	
Maria	Na Apae realizamos trabalhos com a família e temos observado que depois que começamos a trabalhar com os familiares os pais mais frequentes conseguem bons avanços com seus filhos.
Ana	Ambos são alicerce para o processo de inclusão.

FONTE: o autor (2015)

A importância da família como núcleo social primário propicia condições básicas de amor, crescimento, maturação e integração social. A Apae do Município de Carinhanha é de extrema importância, pois a mesma visa o desenvolvimento do aluno como um todo, trabalhando com a família mediando a inclusão escolar na rede pública de ensino. Além disso, a Apae reúne as famílias em um projeto de integração escolar com a família, isto, por ser uma associação de pais que atua para o progresso da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, reconhecida como uma referência pela rede de ensino do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de todos os questionamentos e embasamentos desse trabalho podemos verificar evidências de melhoras quantitativas e qualitativas no desenvolvimento integral dos alunos que frequentam a Apae de Carinhanha e que passaram a frequentar educação inclusiva em escolas de ensino público de Carinhanha. O processo de educação inclusiva propõe mudanças significativas entorno da compreensão e valorização dos direitos humanos. A organização familiar no processo de inclusão é imprescindível no contexto escolar. Neste sentido colaboramos com Sasaki (1998) ao afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar.

Para o sucesso da inclusão, é necessário considerar mais alguns componentes essenciais: ambiente estruturado e adaptado às necessidades de cada um, abordagem de ensino que facilite seu aprendizado e flexibilização curricular, fatores estes que não devem ser utilizados unicamente para os alunos com deficiência, mas para todos que necessitem de um currículo adequado à sua individualidade.

Portanto, o objeto de estudo deste trabalho, a escola pública de ensino aponta para realidades estáticas ou conclusivas, que mostra lacunas que ainda não foram preenchidas, de como ainda será possível encontrar elementos motivadores dessa relação Escola-Família, assim como a integração das práticas da escola especial em relação à pessoa com deficiência intelectual. Com base na observação das informações levantadas e dos dados obtidos, pode-se avaliar que a referida escola está composta por professores sem formação específica em educação inclusiva e estímulos. Há uma angústia geral dos professores das classes comuns por não saber lidar com alunos com deficiência intelectual, e não conseguem por tanto, efetivar o processo inclusão escolares e de aproximação das famílias.

Com as análises das falas dos professores, percebi que há um desejo enorme em dar uma educação de qualidade para os alunos com deficiência intelectual, entretanto, faltam mecanismos e apoios para atingir os objetivos de um sistema de ensino público efetivo e eficiente, em que os alunos possam se sentir seguros e capazes.

Assim, buscar a importância da Apae de Carinhanha, no trabalho com a escola comum, buscando definir sua contribuição na inclusão escolar na rede pública de ensino, podemos perceber os desafios que hoje encontram-se em realizar as suas atividades as lutas constantes em assegurar a qualidade de vida, possibilitando a independência e a possível autonomia dos estudantes com deficiência intelectual, garantindo a sua participação efetiva na comunidade.

Como a expressão de Rousseau “não existiria sociedade alguma se não houvesse um ponto que os interesses concordassem”. (ROUSSEAU, 2010, p.33) Assim é fundamental que os interesses das pessoas com deficiência intelectual estejam um elo que mobilizem os diferentes setores da sociedade em busca de justiça e bem estar, objetivando alcançar uma educação para todos, centrada no respeito à valorização das diferenças.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção. **Conhecendo a Deficiência (em companhia de Hércules). Serie Encontro com a psicologia.**São Paulo –SP:Robe Editorial.1995

Apae 50 anos de História São Paulo, **2011**.

ARANHA, M.S.F, (1991). **A interação social e desenvolvimento de relações interpessoais do eficiente em ambiente integrado.**Tese de Doutorado,Universidade de São Paulo,São Paulo.

ARANHA, M.S.F (1995). **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.**Tema em Psicologia, 2,63-70.

BRASIL.CARVALHO, Rosita Elder. **OPORTUNIDADE DE TRABALHO PARA PORTADOR DE DEFICIENCIA: A NOVA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL.** Rio de Janeiro,1997

BRASIL. **Decreto Nº3.298/99-** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidas as normas e dá outra providências.

_____. **Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília/DF. 1983.

_____. **Decreto Nº 3956/01** - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. (Convenção da Guatemala). Brasília/DF. 2001.

_____. **Decreto Nº 5.296/04** - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade. Brasília/DF. 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília/DF: Senado Federal. 2005.

BRASIL. **Lei N.º 7853/89**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília/DF. 1989.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. Atual. São Paulo: Saraiva. 1997.

_____. **LEI N.º 8069/90** - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **LEI N.º 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília/DF. 1993.

_____. **LEI N.º 10.098/00** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **LEI N.º 8899/94** - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

_____. **DECRETO N.º 5.626/05** - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

_____. **Lei n.º 11.126/ de 27.06.05 – e Decreto n.º 5.904, de 21.09.06** (regulamentam o uso do Cão-Guia por pessoas cegas).

BRASIL. **Educação especial, deficiência mental**. Brasília: Secretaria da educação especial - SEESP. 1997. 150p.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 25 março. 2012

BRASIL. “Resolução CNE/CEB N.º04/2009, Institui Diretrizes Operacional para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário da União, Brasília, 05 de outubro 2009 seção 1, p.17.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 13ª ed. 1996.

HELOISA, Regina, **Trabalho Belém – Pará Universidade da Amazônia – UNAMA 200103/leis/L9394.htm**> Acesso em: 15 ago. 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1992.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: Historia e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1992.

Platão; **A República**; Martin Claret; São Paulo: 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Tradução de Ricardo Rodrigues da Gama. 1ª ed. São Paulo: Russel, 2010.

SALAMANCA. A Declaração de Salamanca sobre Princípios: Política e Prática em Educação Especial. Salamanca, Conferência Mundial sobre Necessidades em Educação Especial, 1994.

SCHIMIDT, Mario. **Nova história crítica.** 7ª Ed.;- São Paulo, 2003

VIEIRA, Carlos Alberto Komora. **Entidades Filantrópicas: um patrimônio a preservar.** (In) Mensagem da APAE. Federação Nacional das Apaes (Fenapaes). Ano 20 – n° 72. Brasília/DF-FENAPAEs, 199

APÊNDICES

Questionário para os professores

1- Houve alguma mudança na estrutura física da escola para receber pessoas com deficiência intelectual? Em caso positivo afirme quais e em caso negativo aponte quais mudanças seriam necessárias.

2- Em sua opinião a socialização entre a criança com deficiência intelectual e as demais crianças ocorre de maneira positiva ou existe preconceito e dificuldades de aceitação por parte das demais crianças? Caso haja de dificuldade na socialização, quais são as medidas adotadas em sala de aula para melhorar a convivência?

3- Houve alguma adaptação curricular ou metodologia indicada para uso dos professores que atuam nas salas com estudantes com deficiência intelectual? Em caso positivo, relatar quais, em caso negativo, indicar quais medidas poderiam ser usadas.

4- Na visão do professor os estudantes com deficiência intelectual estão progredindo de série tendo um aprendizado satisfatório conforme os currículos ofertados e os padrões nacionais da educação básica?

5- A escola especial é desnecessária em seu município? Todos os estudantes com deficiência intelectual têm condições de estar na escola comum?

6- Qual o papel da Apae e das famílias de estudantes com deficiência intelectual no processo de inclusão escolar destas pessoas?

ANEXOS

Anexo A



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

_____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

Anexo B



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____ ,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____ ,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____ .

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____ .

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Anexo C



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente, _____

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____